



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ - REITORIA DE ENSINO TÉCNICO,  
MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA  
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
INTERDISCIPLINARES

GEOGRAFIA REGIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
SUA RELAÇÃO COM VESTIBULAR E O  
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

GUARABIRA - PB  
2014

EDVAN DA COSTA FERREIRA

GEOGRAFIA REGIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
SUA RELAÇÃO COM VESTIBULAR E O  
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento á exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora:  
Profª Ms. Luciana Silva do Nascimento

GUARABIRA – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383g Ferreira, Edvan da Costa

Geografia regional da educação básica e sua relação com vestibular e o exame nacional do ensino médio (ENEM) [manuscrito] : / EDVAN DA COSTA FERREIRA. - 2014. 40 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Luciana Silva do Nascimento, Departamento de GEOGRAFIA".

1. Processos Seletivos. 2. Educação Básica. 3. Ensino médio. I. Título.

21. ed. CDD 370

EDVAN DA COSTA FERREIRA

GEOGRAFIA REGIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
SUA RELAÇÃO COM VESTIBULAR E O  
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Fundamentos da  
Educação: Práticas Pedagógicas  
Interdisciplinares da Universidade  
Estadual da Paraíba, em convênio com a  
Escola de Serviço Público do Estado da  
Paraíba, em cumprimento á exigência  
para obtenção do grau de especialista.

Aprovado em: 06/12/2014

*Luciana Silva do Nascimento*

Profª. Ms. Luciana Silva do Nascimento

Orientadora



Prof. Ms. José Otávio da Silva

Examinador

*Vanusa Valério dos Santos*

Profª. Ms. Vanusa Valério dos Santos

Examinador

*Dedico aos meus familiares, pai, mãe  
e irmãos que sempre foram os meus  
maiores incentivadores.*

# **AGRADECIMENTOS**

## **A Deus.**

Pois é através dele que tudo se torna possível.

## **Aos colegas e amigos da turma de especialização.**

Pela acolhida, conselhos, colaboração, apoio e incentivo durante todo o curso.

## **A professora Ms. Luciana Silva do Nascimento**

Por sua compreensão e colaboração decisiva.

## **A coordenação do curso de especialização e a todos os fazem parte da UEPB**

### **Campus III.**

Pela recepção calorosa e informações prestadas.

## **A todos os professores do curso de especialização.**

Pela contribuição e incentivo para conclusão do curso.

## **Ao governo do estado.**

Pela oportunidade oferecida.

**Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho se realizasse.**

*“A geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos. O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm.”*

*(Milton Santos)*

## RESUMO

A influência exercida pelos processos seletivos, vestibulares das universidades em nosso estado tem mantido certo o interesse das instituições de ensino, e dos próprios professores de geografia, em trazer no currículo de suas turmas, sobretudo de ensino médio um espaço dedicado à geografia regional, pois, isso também era do interesse do aluno que buscava prepara-se para o sucesso na seleção. Porém diante do fato das maiores universidades da Paraíba, adotarem o SISU (Sistema de Seleção Unificada), baseada nas notas atribuídas pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que como explicitado é nacional, nos vem o questionamento se o interesse e a produção e reprodução de conhecimento sobre a geografia regional ainda permanecerá com espaço nas nossas escolas de educação básica. E para volver a luz da discussão sobre o debate desta relevante questão, que contrapõem o nacional e o regional é que se faz importante à realização deste e de outros trabalhos que venham a contribuir com o respaldo necessário a tomada de uma decisão segura ou a revisão de outras que, comprovadamente, venham trazer prejuízo aos objetivos educacionais das instituições e ou dos sujeitos que a compõem bem como para sociedade.

**Palavras chave:** Processos seletivos. Influências. Ensino médio.

## **ABSTRACT**

The influence exercised by the selective processes, college entrance exams of the universities in our state have been maintaining certain the interest of the teaching institutions, and of the own geography teachers, in bringing in the curriculum of their groups, above all of high school a space dedicated to the regional geography, because, that was also of the student's interest that looked for gets ready for the success in the selection. They put before the fact of the largest universities of Paraíba adopted SISU (System of Unified Selection), based on the notes attributed by ENEM (National Exam of the Medium Teaching) that as mentioned is national, it comes us the question if the interest and the production and knowledge reproduction about the regional geography will still stay with space in our schools of elementary and high school. And to turn the light of the discussion on the debate of this relevant subject, that oppose the national and the regional is that it is done important to the accomplishment of this and of other subjects that come to contribute with the necessary backrest the socket of a safe decision or the revision of another that demonstrably comes to bring damage to the education objectives of the institutions and or of the subjects that compose her as well as for own society.

Words key: Selective processes, influences, high school.

# LISTAS

## Siglas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

PSS - Processo Seletivo Seriado

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Princípios da geografia escolar no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 A geografia na educação básica e a atualização do ensino médio .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 Principais processos seletivos vestibulares da Paraíba.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Breve histórico do Enem e SISU.....</b>	<b>23</b>
<b>3 GEOGRAFIA DA PARAÍBA NOS VESTIBULARES DO ESTADO .....</b>	<b>27</b>
<b>4 TEMAS DE GEOGRAFIA COMUMENTE ABORDADOS NO ENEM .....</b>	<b>34</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS</b>	

# 1. INTRODUÇÃO

É necessário para que se tenha compreensão da abrangência e da complexidade deste tema, considerar uma série diversa de fatores das mais distintas ordens, que dificilmente poderão ser aglutinados em termos únicos ou resolvidos pela ousadia de um projeto fabuloso que resolverá de vez grandes e antigos problemas da educação brasileira, de cima para baixo decretando o fim da conhecida decoreba pondo por terra a antiga rotina escolar.

Difícilmente poderá se afirmar com segurança que os processos vestibulares não influenciam o currículo do ensino médio. Entretanto para conhecedores práticos da rotina dessa fase educacional. A afirmação verdadeira é da inserção de componentes visando o que de fato é cobrado pelos processos de seleção das instituições de ensino superior. O que guardadas as proporções devidas pode ser benéfico para ambos os envolvidos.

Neste sentido buscaremos analisar a relação entre os conteúdos da geografia regional trabalhados na educação básica e a substituição dos vestibulares pelo Exame Nacional do Ensino Médio como única forma de seleção para acesso as universidades. Discutindo possíveis implicações trazidas pela adoção de um exame nacional padrão, para seleção de candidatos a entrada nos cursos ofertados pelas principais universidades do estado, sobre as aulas de geografia, sobretudo as de geografia da Paraíba. Procurado identificar e analisar tais implicações se serão positivas ou negativas para o sucesso da missão social atribuída a geografia escolar e ao próprio sistema de ensino como um todo.

Sendo importante que se faça uma análise dos conteúdos abordados pela prova de geografia dos antigos vestibulares, em contraponto aos temas abordado pela prova de ciências humanas e suas tecnologias do Enem, que passará a representar com potencial ainda maior, uma ferramenta indutora de conteúdos no ensino médio paraibano, em face da extinção gradual dos mais tradicionais processos de seleção no estado, voltando à atenção para possíveis consequências trazidas pela provável construção desta unanimidade estadual em torno do sistema selecionador federal.

Assim como é imperioso também que se reconheça a relação de influências mútuas do ensino básico, sobretudo do ensino médio e das universidades. Se constituído em uma via de múltiplas possibilidades. Sendo necessário que no âmbito universitário se reconheça a importância dos conceitos disseminados pelo ensino médio, que afinal servirá de conceito base para todos os cidadãos que por ele passarem e não apenas para os destinados aos cursos específicos em cada instituição.

O que não significa, entretanto que as universidades devam abdicar da possibilidade de influência direta na constituição dos currículos e nas transformações do ensino básico. Principalmente quando reconhecidas as consequências que uma intervenção negativa ou a falta de intervenção para que se corrijam problemas, podem ocasionar. Especialmente quando se trata da base do processo educacional e das aulas de uma disciplina que deve possibilitar ao cidadão a capacidade de entender a dinâmica de seu espaço, e a participar ativamente da sociedade na qual está inserido.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O sentido mais amplo da educação pode ser compreendido, quando se entende a educação como um poderoso e complexo processo de transformação. Sendo um meio capaz para realização de revoluções no cerne de cada indivíduo e através dele na sociedade como um todo. É pois, esse poder, essa capacidade de transformação, o que dá sentido e torna imperiosa a necessidade de existência das escolas.

De tal modo, a falha capital para o sistema escolar é aderir às práticas conservadoras que em nada contribuem com a transformação pessoal e social do indivíduo. Assim sendo o profissional da educação ou a instituição que renuncia ao seu papel de formador de cidadãos conscientes e ativos na conjuntura social que o circunda, perde seu sentido de existir. Haja vista, considerarmos a escola uma instituição social de vital importância para a vida e a socialização do conhecimento no mundo contemporâneo.

Considerando a discussão da geografia escolar, esta renúncia pode ser representada pelas práticas da geografia tradicional conservadora, largamente disseminada na educação brasileira ou simplesmente pelo distanciamento do que é ensinado da realidade social do aluno. Cujos fatores básicos que caracterizaram e caracterizam, impulsionaram ou ainda impulsionam essas práticas educativas já são notados desde os primórdios da educação no que remonta as influências iniciais da geografia brasileira.

## 2.1 Princípios da geografia escolar no Brasil

A presença e função de cada componente na grade curricular, depende em muito da conjuntura social vigente e do que se acredita como possibilidade contributiva de cada um deles. Analisando-se frequentemente sua trajetória histórica de desenvolvimento, para que se evite o retrocesso e lhe seja assegurado o seu papel colaborador. Buscando as raízes históricas de sua presença na grade curricular brasileira, notaremos que:

A Geografia pode ser encontrada já num primeiro momento nos discursos do Estado, do Exército e mesmo como parte dos currículos escolares. A fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e a inclusão da Geografia como disciplina, foi parte importante de sua trajetória. O professor Delgado de Carvalho teve grande importância para garantir à Geografia um espaço no campo do saber escolar. Num segundo momento, a Geografia marcou o ensino pela criação do curso superior paralelamente à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia em 1934. Nessa ocasião, professores oriundos da França, como Pierre Monbeig, Defontaines, com forte influência da escola de Vidal de La Blache, corroboraram esta tradição no Brasil. (BRASIL, 1998, p. 19)

Sugerindo a geografia como uma ciência com ares matemáticos e descritivos, o alicerce francês marcou profundamente a geografia brasileira ainda em seus passos iniciais. Com a difusão desse modo de pensar a ciência geográfica, implementou-se uma geografia para as escolas, útil de certa forma aos interesses da época, mas sem aquele engajamento crítico tão defendido nos dias atuais.

Essa Geografia era marcada pelo positivismo que sustentava metodologicamente quase todas as chamadas ciências humanas que se consolidaram nessa época nas faculdades brasileiras. Com fortes tendências de estudos regionais, os estudos geográficos pautavam-se pela busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade,

fundamentos da escola francesa de então. Foi essa escola que imprimiu ao pensamento geográfico o mito da ciência asséptica, não-politizada, com o argumento da neutralidade do discurso científico. Tinha como meta abordar as relações do homem com a natureza de forma objetiva, elaborar monografias regionais para uma possível busca de leis gerais que explicassem suas diferenças. É importante lembrar que para La Blache a Geografia não era ciência dos homens, mas dos lugares. O lugar e a região eram sempre vistos como dimensões objetivas resultantes das interações entre o homem e a natureza. (BRASIL, 1998, p. 19)

Algumas mudanças no direcionamento para construção da ciência geográfica que se tem hoje surgiram de acordo com Pontuschka (2007), a partir de meados da década de cinquenta quando a geografia tradicional passou a ser questionada, em várias partes do mundo e no Brasil nas décadas seguintes, quando os geógrafos foram em busca de novas teorizações e novos paradigmas. Moreira (2006) observa que, foi a partir da década de 1970 que se instalou no cerne do pensamento geográfico um ambiente de grande debate crítico, sobre seus rumos, que hoje se amplia com novas tendências. Contrapondo-se a geografia meramente descritiva, desprovida de contexto defendida tradicionalmente, influenciando em conjunto a geografia escolar. Conforme afirma, Cavalcanti:

Numa análise da história dessa disciplina no Brasil é possível marcar o final da década de 1970 como o início de um período de mudanças significativas em torno de propostas de pesquisa e ensino, que ficou conhecido como Movimento de Renovação da Geografia. Desde então, muitos caminhos foram escolhidos para se fazer uma análise crítica da fundamentação teórico-metodológica da ciência geográfica e para se propor alternativas ao modo de trabalhar essa ciência como matéria escolar. (CAVALCANTI, 2002, p.11)

Faz-se necessário ressaltar, no entanto que as questões fundamentais relacionadas ao desenvolvimento de uma prática crítica construtiva nas aulas de geografia não estão incluídas ao abandono dos conteúdos geográficos abordados nas aulas, para substituição pela crítica do vazio, com discursos econômicos circulares inflexíveis, por vezes maçantes e duradouros, tão inúteis e abstratos a

realidade dos alunos quanto os tradicionais nomes de rios. E nesse campo possivelmente a contribuição mais sensata poderá surgir pela universidade influenciando, intencionalmente ou não, através de seus processos a base educacional de seus futuros membros.

A geografia desejável para as escolas deve somar forças para construção de uma ciência de síntese, capaz de contribuir verdadeiramente para com a formação integral do indivíduo.

## **2.2 A geografia na educação básica e a atualização do ensino médio**

Admitindo-se a tarefa escolar de formar indivíduos conscientes, uma das etapas pode ser considerada, sem é claro desmerecer as demais, como a mais importante. Representada pelo que hoje se conhece como ensino médio, conhecido anteriormente como segundo grau, esta fase congrega uma carga enorme de responsabilidades. Devido a fatores diversos, que englobam desde a população atendida, seja pela quantidade que é numericamente em muito superior ao público atendido pelas instituições de ensino superior, seja pela predominância nessa fase dos jovens às vésperas de uma participação mais decisiva na sociedade. E por vezes ainda carregados de dúvidas e incertezas, mais sedentos por conhecimentos e bases para as suas tomadas de decisões.

O ensino médio representa certamente a mais importante fase de ensino, também quando se objetiva alcançar, melhorias e transformações sociais. Visto que é muito mais abrangente que qualquer curso de nível superior. Sendo o conhecimento base para todos os profissionais em formação nas universidades e

em outros setores escolares. De modo que quando se altera a base da formação alteram-se todas as possibilidades de ações novas de uma enorme gama de novos profissionais e cidadãos. O que potencializa qualquer tipo de ação que se tome nesse nível de ensino, e poderia acontecer, por exemplo, quando se tem uma formação mais crítica e humanizada de alunos do ensino médio, e estes compreendem, se integram a nova mensagem e a retransmitem em seus modos de agir futuros, transformando os cursos universitários e os setores diversos onde se engajarem.

Reconhecendo a importância deste nível de ensino, representado pelos três últimos anos da chamada educação básica, reconhecemos também as possibilidades de benefícios a serem alcançados quando toma ou se pratica uma ação benéfica e somos impelidos a aceitar que consequências negativas também venham a ocorrer sempre que algo não aconteça, bem como esperado no ensino médio, contaminando negativamente o restante do círculo de ensino.

Na educação básica a geografia comprometida com a formação crítica ativa dos indivíduos, exerce uma função essencial, pela conscientização espacial que é capaz de transmitir. Praticando desde cedo nas escolas: “uma geografia que possibilite às crianças, no processo de amadurecimento físico e intelectual, irem formando/ criando um universo crítico que lhes permita se posicionar em relação ao futuro, que lhes permita finalmente construir o futuro” (OLIVEIRA, 1991, p.144). Tornando possível, que as pessoas compreendam o espaço em que estão integradas e localizem-se na sua complexidade. Apresentando-se não apenas como um reflexo, mas como um poderoso instrumento para que se conheça e se transforme a realidade social. Analisando as possibilidades objetivadas com sua presença nas escolas e entendendo que:

A Geografia é ciência que estuda, analisa e tenta explicar (conhecer) o espaço produzido pelo homem e, enquanto matéria de ensino, ela permite que o aluno “se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento” (CALLAI, 1998, p.56 apud CAVALCANTE, 2002 p.13,)

Entretanto para uma melhor compreensão das propostas aqui tratadas se faz imprescindível apresentarmos um esclarecimento, quanto ao que entendemos por ensino básico, voltando nossas atenções principalmente para o ensino médio, fase representada pelos três últimos anos, dessa fase inicial basilar para o sucesso do processo educacional como um todo. Acordando quanto ao ensino básico que este é representado de fato, pelas:

Formas escolarizadas da educação previstas nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Assim do ponto de vista legal da organização escolar nacional, a população de zero a 17 anos de idade é atendida pela educação básica, que se subdivide em educação infantil (sob a forma de creche para os de zero a três anos de idade, e pré-escola de quatro a seis), ensino fundamental (sete a catorze anos de idade), ensino médio (quinze a dezessete anos de idade). (IRELAND, 2001, p.147)

Trata-se de um estágio de ensino ainda carente por mudanças, em que a universidade talvez ao abdicar da autoridade no seu processo de seleção deixa de ter influência de maior volume, pois conforme Oliva (2008), os impulsos de renovação da geografia que chegaram ao ensino médio são poucos e precários, seja pelo afastamento do ensino médio do que é produzido pelas universidades, seja pela persistência de fatores que apesar de bastante conhecidos e discutidos no decorrer dos cursos de formação, como: a manutenção do ensino e expectativas de aprendizagem baseadas na geografia tradicional, ainda continuam presentes nas salas de aulas.

Por outro lado são vastas políticas públicas, que no âmbito regulamentador tentam quebrar esse paradigma como as Diretrizes Curriculares

Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) que trata de uma reestruturação do funcionamento do ensino médio de modo que:

A prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de políticas, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de aprendizagem, os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição e a LDB, organizados sob três consignas: sensibilidade, igualdade e identidade. (BRASIL, 1998, p.21)

Com essa tentativa coube a Geografia, não isolada, mas no conjunto das ciências humanas, um papel que para ela pode não ser de difícil execução visto que nas suas raízes de produção e transmissão de conhecimento já o era e a cada dia nos parece ser mais capaz e integrada no que as DCNEM trazem como a doutrina de currículo que sustenta a proposta de organização e tratamento dos conteúdos com as “características desejáveis, os conceitos de interdisciplinaridade e contextualização” (BRASIL, 1998) que já são a nosso ver de longa data bases dos conhecimentos abordados pela ciência geográfica. Pois ainda que nomeados de tradicionais dificilmente conhecimentos geográficos sejam produzidos ou transmitidos sem o apoio ou a utilização de outras ciências.

Especialmente no ensino médio fase em que os alunos, apesar de ainda jovens, apresentam um grau de amadurecimento pessoal e de conhecimentos reconhecida ou desejavelmente maiores do que nas fases subsequentes as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio destacam para as ciências humanas:

As competências relacionadas à apropriação dos conhecimentos dessas ciências com suas particularidades metodológicas, nas quais o exercício da indução é indispensável. Pela constituição dos significados de seus objetos e métodos, o ensino das Ciências Humanas e Sociais deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito, entre outros. (BRASIL, 1998, p.59)

Mais recentemente as diretrizes (DCNEM) trazem como objetivos a serem alcançados pelo conglomerado curricular constituinte do ensino médio a nível nacional “garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais” (BRASIL, 2013, p. 195). A nosso ver buscando ainda, pela regulamentação, ultrapassar velhos paradigmas ainda enraizados na educação brasileira.

Se as mudanças na forma de ensinar de trabalhar os conteúdos são realidade fatos ou tentativas de regulamentação, destoantes do que se pratica na realidade e que não ultrapassam as portas das escolas e questão em aberto que sem dúvidas poderá ser respondida de diversas formas, com mais ou menos debate, mais ou menos certeza, ou seja, sem generalizações e verdades absolutas. Entretanto o que parece ter se tornado uma certeza é que a forma de avaliação do ensino médio mudou, está posta e geral para todo o território brasileiro.

Tratando desse tema tentaremos fazer um breve relato do que pode ser considerado como a forma de avaliação do ensino médio pelas instituições de ensino superior, que são os processos vestibulares. Pois ainda que admitamos sua existência apenas como forma de seleção, e não de avaliação, devemos reconhecer que se trata de um momento de interação de contato entre o saber acadêmico, a influência da universidade e a comunidade que a circunda ou simplesmente aos que desejem dela fazer parte, ingressando em seus cursos.

### **2.3 Principais processos seletivos vestibulares da Paraíba**

No Estado da Paraíba até o ano de 2010 existiam importantes processos vestibulares de alcance regional, de entidades federais e estaduais que ofertam o ensino público, que pela sua abrangência e características sociais, são o alvo do interesse de nosso trabalho. Dos quais podemos destacar o Processo Seletivo Seriado (PSS) realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o vestibular da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o vestibular da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Com a adoção da prova do ENEM como forma de seleção o vestibular de forma tradicional da UFCG, deixou de existir em 2010, passando a ser utilizado como critério de seleção para entrada de seus estudantes o desempenho no ENEM. Mantendo a obrigatoriedade da inscrição junto a sua comissão de seleção até o segundo semestre de 2014 quando aderiu completamente ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) sobre o qual trataremos melhor no próximo capítulo. Sendo a pioneira entre as grandes universidades públicas em adotar o exame como única forma de seleção de seus ingressantes no estado.

Em seguida decisão semelhante foi anunciada pela UFPB que também após um processo gradual, em 2014 passou a utilizar o desempenho no ENEM como forma única de selecionar candidatos a entrada em seus cursos, sendo que no último ano de existência de seu processo seletivo contou com a participação de mais de 41 mil candidatos que disputaram vagas oferecidas em seus diversos cursos.

Com características diferenciadas esse era um dos principais processos de seleção do estado, adotado com tais modos desde 1999, o processo para

ingresso em cursos de graduação, em conformidade com o que consta no artigo primeiro de uma das resoluções regulamentadoras de seu do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (2009), “O processo Seletivo Seriado (PSS) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba será realizado anualmente através de provas correspondentes a cada uma das séries do Ensino Médio”, de modo que ao término do primeiro ano do ensino médio o aluno já poderia se inscrever e realizar verdadeiramente a seleção, com provas que tratavam sobre aquela fase de estudos, onde obtendo sucesso no ano seguinte estaria apto a realizar a segunda prova de conteúdos referentes ao segundo ano, ou o conjunto da primeira e segunda prova em caso de fracasso no desempenho da prova referente ao primeiro ano. E finalmente aos concluintes do ensino médio com bom desempenho nos anos anteriores, caberia realizar apenas as provas referentes ao terceiro ano e a de redação, ou o conjunto das três etapas para os que assim necessitassem.

Se tal processo era mais ou menos justo como forma de seleção do que a seleção nos moldes atuais não nos cabe com o presente trabalho discutir o imprescindível é que se registre que se tratava de um importante processo e que de fato deixou de existir. Portando trará consequências, tais consequências poderão ser culturais, sociais ou inicialmente educacionais e mais tarde culturais e sociais. Tais consequências serão positivas ou negativas não se tem ainda resposta, pois as mesmas ainda não podem ser conhecidas ou mensuradas em sua totalidade, tampouco compreendem aos objetivos desse trabalho. Entretanto nos parece ser este o momento ideal para manutenção da vigilância, da atenção no acompanhamento científico do que representa ou representava cada processo de seleção para composição do sistema escolar, para composição do conhecimento

necessário à construção de cada indivíduo, seja como ser integrante da comunidade escolar seja como cidadão no convívio social de sua comunidade.

Também em dois mil e quatorze foi anunciado pela Universidade Estadual da Paraíba, após um período de em que direcionava apenas parte de suas vagas ao sistema federal, o fim de seu processo vestibular e adesão total ao citado SISU, a partir da primeira entrada de 2015, tantas adesões e renúncias nos levam a questionar será que não estamos depositando expectativas demais em uma proposta, mesmo que pareça melhor mais única, será que todas as instituições de ensino superior e fundamental devem dialogar em um de seus principais momentos de interação, apenas por um canal. Canal este que é ao mesmo tempo avaliador e selecionador nacional. Será que esta proposta é o suficiente para atender as expectativas sociais depositadas no sistema educacional de nosso estado, e nossas particularidades como é que ficam?

Pois certamente nas condições atuais não nos parece exagero a afirmação de que o ENEM induziu a ruína de todos os maiores processos vestibular de instituições públicas do estado da Paraíba, o que nos leva a questionar se tal fato não terá consequências, será que o vestibular era de fato só um meio de seleção, será que é só aderir ao Enem e SISU e tudo bem? Pode até ser que seja, a melhor alternativa de momento, mais cabem questionamentos diversos sobre mais diversas consequências positivas ou quem sabe negativas que tais mudanças podem gerar. Especialmente sobre o estado ou região geográfica, de atuação da instituição, conteúdos curriculares, que eram influenciados diretamente pela interação local universidade e comunidade escolar. Quebradas ou alteradas pela cominação do modelo que nos parece ser capaz de distanciar e não de aproximar a universidade da realidade do sistema educacional e da própria sociedade na qual esta inserida,

afastando a possibilidade de se lidar com o regional, como a Geografia do Estado, que tão facilmente se praticava pela autonomia do processo selecionador das universidades.

## **2.4 Breve caracterização do Enem e SISU**

Ao tratarmos sobre esse importante exame se faz necessário ressaltarmos que não nos cabe aqui criticarmos ou questionarmos o inegável sucesso do Enem e SISU que representam a nosso ver uma boa contribuição para evolução do sistema educacional brasileiro ou até poderíamos dizer assim a melhor e mais bem sucedida iniciativa dos últimos anos no que se refere a mudanças efetivas na realidade escolar brasileira em termos de seleção e acesso a universidade. Entretanto devemos alertar para o cuidado imprescindível de se ter no momento em que parece se construir uma unanimidade, e isso sim poderá trazer consequências negativas para o sistema educacional e para o próprio exame, mais principalmente para o estudante sujeito passivo nesse processo. Com esse objetivo traçaremos o breve histórico buscando compreender a pujança e a constituição atual desse adolescente as vésperas da maioridade. Criado pelo Ministério da Educação em 1998 o atualmente consolidado Enem surgiu como um sistema voltado mais para avaliação e já vinculado as reformas educacionais conforme Documento Básico divulgado pelo INEP, logo após sua criação:

Para estruturar o exame, concebeu-se uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do ensino fundamental e médio que são próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo, correspondente ao término da escolaridade básica. Tem como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas

de Conhecimento, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB. (DOCUMENTO BÁSICO DO ENEM, 2002, p.5)

De modo que ao longo de seus dezessete anos de existência foi adquirindo a robustez e importância que lhe são característicos hoje podendo ser considerado mais um eficaz sistema selecionador do que verdadeiramente avaliador

Em 1998, o Brasil incluiu mais um sistema de avaliação, de caráter terminativo, voltado aos alunos que concluintes ou que já concluíram o Ensino Médio. É o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, que acontece anualmente. Aos poucos o ENEM foi sendo usado como agregador de pontos do vestibular, para o ingresso em algumas universidades. A partir de 2005, foi atrelado à concessão de bolsas de estudos do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) (Brasil, 2005) e em 2009 o MEC propôs a unificação dos vestibulares, cuja intenção era a de substituí-los por uma única prova, que no caso seria o ENEM, modificado e ampliado, que foi aceita por várias universidades, total ou parcialmente, como requisito para o ingresso nos cursos de graduação. (ARAÚJO; FERNANDES, 2009, p. 129)

Atualmente o Enem é constituído por quatro provas objetivas, e uma de redação, agrupadas de acordo com as chamadas matrizes de referência em quatro áreas: Linguagens, códigos e suas tecnologias, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia; Ciências Humanas e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais. Cada uma das provas contém 45 questões objetivas de múltipla escolha, sendo aplicadas atualmente em duas tardes consecutivas do sábado e Domingo. Apresentado atualmente os seguintes objetivos, conforme art. 2º da Portaria nº 109/2009 do Ministério da Educação:

I – oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;

II – estruturar uma avaliação ao final da Educação Básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

III – estruturar uma avaliação ao final da Educação Básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar a processos seletivos de acesso aos cursos de Educação Profissional e Tecnológica posteriores ao Ensino Médio e à Educação Superior;

IV – possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;

V – promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do Ensino Médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB);

VI – promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de Ensino Médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;

VII – promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior.

É com estes objetivos que conforme se pode notar, ano após ano, o

Enem bate recordes em números de inscrições, registrando aumento todos em seus dezessete anos de aplicação, e praticamente dobrado esse total nos últimos quatro anos, a partir da implementação do Sisu, para o ano de 2014 quando se registra mais um recorde no total de inscrições. O que certamente é sintoma claro de sucesso do evento.

<b>ANO</b>	<b>Nº DE INSCRITOS</b>
2014	8.721.946
2013	7.173.574
2012	5.791.290
2011	5.367.092
2010	4.611.411
2009	4.147.527
2008	4.004.715
2007	3.568.592
2006	3.731.975
2005	2.998.083
2004	1.547.094
2003	1.876.387
2002	1.818.665
2001	1.627.949
2000	390.574
1999	346.819
1998	157.076

TABELA 1: Número de Inscrições no ENEM por Ano.  
Fonte: INEP

O Sisu é um sistema informatizado implantado e gerenciado pelo MEC desde 2010, é um processo seletivo para entrada de novos alunos em Instituições

públicas de Ensino Superior (IES) que utiliza, exclusivamente, a nota do Enem como critério de seleção. Por meio do qual, são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de Educação Superior participantes. As IES assinam um Termo de Participação que é o instrumento por meio do qual a instituição pública de educação superior formaliza sua opção pelo Sisu para a seleção e a ocupação das vagas nele inseridas. As IES que participam do Sisu utilizam a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo. Os candidatos podem escolher até duas opções de curso de IES participantes do Sisu. Ao final do prazo de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os candidatos melhor classificados em cada curso, de acordo com suas notas no Enem. São selecionados somente os candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas pelo Sisu em cada curso.

Representando uma importante ferramenta para impulsionar o sucesso selecionador do atual Enem:

O Sisu, criado e gerenciado pelo MEC é uma estratégia importante de fortalecimento e institucionalização do Enem. O Sisu consolida os resultados do Enem como prova única de seleção para instituições de Ensino Superior. Cada vez mais Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, Universidades Federais, Universidades Estaduais e Institutos federais de educação, ciência e tecnologia, bem como IES particulares adotam o Enem como processo de seleção para ingresso em seus cursos de graduação. Os candidatos aos cursos das IES públicas participantes do SISU submetem-se a um processo centralizado de oferta de vagas, o que passa a configurar um sistema nacional de Ensino Superior público. (WERLE, 2011, p. 777)

Representando essa dupla de sucesso uma robusta ferramenta orientadora para os rumos educacionais do país, uma vez que, encontram-se na porta de saída do ensino médio e na porta de entrada das universidades, controlado o fluxo de passagem, avaliando os que saem e selecionando os que devem entrar pelas portas do sistema educacional.

### 3 GEOGRAFIA DA PARAÍBA NOS VESTIBULARES DO ESTADO

Segundo as Orientações Curriculares Para o Ensino Médio:

A geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para: localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação. (BRASIL, 2008, p. 43)

Apesar do texto oficial com as recomendações para o ensino médio não fazerem menção a preparação para os vestibulares em escala regional, é notório nas escolas a influência dos conteúdos programáticos dos concursos vestibulares na composição dos planos de curso dessa fase da educação. O que, é bom que se diga, pode ser positivo para ambos os envolvidos, pois sem deixar de cumprir com o que é recomendado pela esfera federal ao adotar os conteúdos trazidos pelas universidades regionais em seus currículos, a escola abre um canal para receber as influências trazidas por elas. Ou seja, com a junção exitosa das duas influências pode se conseguir um concluinte do ensino médio preparado para seguir em frente com seus estudos e pensar e atuar criticamente em sua sociedade. O que obviamente seria (ou é) formidável.

E representa o anseio presente na própria legislação para o ensino médio quando explicitadas suas finalidades no art. 35, da LDB:

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com

flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;  
III – o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;  
IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Mesmo que tais finalidades façam referência aos objetivos a serem alcançados pela totalidade de alunos no nível nacional ou a base nacional comum de toda educação em nível médio, nos parece um contrassenso, a existência de um ser preparado para o trabalho e para cidadania, sem que conheça a realidade que o circunda.

É pois nesse contexto que poderia se enquadrar a contribuição dos processos vestibulares em escala local como os que aconteciam na Paraíba, trazendo temas da geografia regional que dificilmente poderão se fazer presentes em uma avaliação nacional, até porque se lá estivessem seria também considerados casos de anomalias tão grosseiras, quanto a sua atual possibilidade de extinção.

Objetivado avaliar a multiplicidade e relevância desses temas é que passaremos a analisar a prova de geografia do vestibular 2014 da Universidade Estadual da Paraíba, que dentre os principais processos citados anteriormente é a nosso ver o intimamente mais ligado ao nível regional, visto que se trata de uma instituição administrativamente e socialmente atrelada ao governo e a sociedade paraibana. Os demais processos citados ainda que enraizados no estado estão na esfera administrativa vinculados ao governo federal.

Inicialmente podemos notar que das 30 questões ao menos cinco delas fazem referência direta a conteúdos da geografia regional, que dificilmente se enquadrariam em uma avaliação a ser aplicada em todo território nacional, conforme poderemos analisar a seguir.

### 55ª QUESTÃO

Nos meses de setembro e outubro, período em que ocorre o corte da cana na Mata pernambucana, trabalhadores rurais do Agreste da Paraíba chamados de “corumbas” ou “catingueiros” migram para trabalhar nas usinas da Zona canavieira do Estado de Pernambuco, onde permanecem precariamente instalados, até o fim da colheita, nos meses de março ou abril, quando caem as primeiras chuvas do Agreste e estes retornam para suas casas e seus roçados. Este tipo de migração ainda presente no estado da Paraíba é do tipo:

- a) Nomadismo
- b) Pendular
- c) Êxodo rural
- d) Forçada
- e) Sazonal

### 56ª QUESTÃO

Observe com atenção os textos abaixo:

**Soledade** é um município no estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. [...] A cidade de Soledade, localizada a 186 km da capital João Pessoa, e a 54 km de Campina Grande, está situada no Cariri paraibano, onde, além do Cariri, polariza grande parte do Curimataú e Seridó do estado. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Soledade>)

**Guarabira** é um município brasileiro localizado no estado da Paraíba. [...] Chamada de Rainha do Brejo pelo fato de ser a principal cidade-polo de uma região que se caracteriza pela regularidade de chuvas. Geograficamente não está inserida na Microrregião do Brejo Paraibano. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guarabira>)

A aparente contradição quanto à localização microrregional de tais municípios paraibanos deve-se ao fato:

- a) Do site não ser confiável, visto que as informações nele postadas são de pessoas que nem sempre são possuidoras de formação geográfica.
- b) Do IBGE, ao definir a última regionalização do espaço brasileiro (e paraibano), não ter levado em consideração critérios como a identidade e o sentimento de pertencimento regional das populações.
- c) Do IBGE não estabelecer critérios precisos na definição das características microrregionais.
- d) De tais municípios respectivamente fazerem partes das microrregiões homogêneas dos Cariris Velhos e do Brejo Paraibano, quando da regionalização anterior.
- e) De tais cidades serem respectivamente centros regionais polarizadores do Cariri e do Brejo Paraibano.

Fig. 1: questões 55 56  
Fonte: Convest, 2013

Tratando de migração e divisão territorial e política administrativa as questões 55, 56 e 57 nas quais as respostas corretas, segundo gabarito oficial eram as alternativas “e”, “b” e “c” respectivamente, como pode se notar fazem referencia a temas importantes em escala regional que apresentam relevância para os

moradores daquela área, mas que certamente não apresentariam relevância suficiente para serem abordadas em vestibulares de outros estados do país.

### 57ª QUESTÃO

No Brasil na década de 1970 foram criadas formalmente nove regiões metropolitanas. Com a Constituição de 1988 a criação de regiões metropolitanas saiu da esfera federal e passou para ser competência estadual. Na Paraíba presencia-se a partir de 2002 a criação de doze regiões metropolitanas. Conhecendo a realidade da rede urbana paraibana é fácil deduzir que:

- A Paraíba saiu da condição de um Estado agrário com a maioria da população morando no campo para uma sociedade urbana com a concentração dos seus habitantes nas grandes cidades.
- A realidade brasileira e em particular a realidade paraibana mudou muito desde 1970 e a formação de novos espaços metropolitanos responde a necessidade administrativa através do reconhecimento oficial dessas áreas.
- A criação dessas regiões metropolitanas não observa critérios conceituais adequados para esses espaços, sendo de caráter mais político que geográfico. Tal como ocorreu entre 1994/95 quando foram criados 52 novos municípios na Paraíba.
- Os polos regionais exercem forte poder de atração através da oferta de bens e serviços especializados para ampla parcela da população dos municípios circunvizinhos, induzindo a formação dessas regiões metropolitanas.
- O planejamento de serviços de interesse comum, tais como: destino do lixo, abastecimento de água, políticas ambientais etc., de uma rede urbana fortemente articulada como a paraibana, só poderá ser viabilizado através da gestão integrada das regiões metropolitanas.

Fig. 2: questão 57

Fonte: Convest, 2013

Ainda no vestibular 2014 da Universidade Estadual da Paraíba veremos a questão 58, resposta correta alternativa “a”, tratar sobre tribos e etnias indígenas que habitavam a Paraíba suas linguagens e influências, presentes até hoje no cerne da comunidade local, e que como ocorrido com as questões anteriores possivelmente não se farão presentes em processos de cunho nacional.

### 58ª QUESTÃO

Nos versos (ao lado) do poeta, está(ão) evidente(s):

- A diversidade étnica/linguística/cultural dos primeiros habitantes do território hoje paraibano.
- As três tribos indígenas que habitavam a Paraíba na época do descobrimento do Brasil, o seja, caraíba, tupi e cariri.
- O baixo estágio civilizatório em que se encontravam os povos Cariris quando tiveram os primeiros contatos com os colonizadores.
- A formação da identidade regional do Cariri Paraibano
- A resistência dos nativos à ocupação do seu território pelos portugueses, que ficou conhecida como “Confederação dos cariris”.

Não provém do caraíba  
Nem deriva do tupi  
Nem parece inferior  
Para ele o “cariri”  
É uma língua “coirmã”,  
Das outras línguas daqui.  
(BRITO, Kleber. **Origem dos índios cariris**. s.l, s.n (cordel)).

Fig. 3: questão 58

Fonte: convest, 2013

**59ª QUESTÃO**

Observe na tabela os dados climáticos de algumas cidades paraibanas. Auxiliado pela tabela e de posse dos seus conhecimentos sobre a climatologia da Paraíba, analise as proposições.

CIDADE	ALTITUDE	PRECIPITAÇÃO ANUAL (MM)	TEMPERATURA ANUAL			MESORREGIÃO
			MÍNIMA	MÁXIMA	MÉDIA	
JOÃO PESSOA	49m	1829.3	19.7	31.2	25.6	Mata Paraibana
ALHANDRA	49.0m	1867.0	19.3	30.0	25.1	Mata Paraibana
AREIA	445m	1367.1	17.5	31.0	21.6	Agreste Paraibano
BANANEIRAS	700m	1187.9	16.8	31.4	22.4	Agreste Paraibano
ARARUNA	580m	853.6	16.7	29.4	22.2	Agreste Paraibano
CUITÉ	620m	877.4	16.5	29.8	22.3	Agreste Paraibano
INGÁ	144m	665.2	19.0	32.6	25.3	Agreste Paraibano
CAMPINA GRANDE	508m	765.5	17.1	31.1	22.7	Agreste Paraibano
CABACEIRAS	390m	316.6	17.9	33.0	24.2	Borborema
S. JOAO DO CARIRI	445m	384.8	17.7	33.0	24.0	Borborema
PATOS	250m	698.9	19.0	34.6	27.2	Sertão Paraibano
POMBAL	178m	724.9	19.5	35.1	27.0	Sertão Paraibano

Dados coletados in: <<http://www.dca.ufcg.edu.br/clima/chuvapb.htm>>

- I- Os índices pluviométricos e as temperaturas mais baixas do Brejo Paraibano estão relacionados à altitude e à localização na frente oriental do Planalto da Borborema, exposta às chuvas orográficas.
- II- Os municípios do Sertão Paraibano, por se localizarem numa depressão, apresentam não só as menores amplitudes térmicas do estado, mas também os menores índices pluviométricos.
- III- Os municípios litorâneos sujeitos à maritimidade apresentam amplitudes térmicas menores que os municípios do Cariri Paraibano, os quais já sofrem a interferência de dois outros fatores climáticos: a altitude e a continentalidade.
- IV- Ingá, localizada no sopé da Borborema, apresenta índices pluviométricos e temperaturas mais semelhantes aos índices sertanejos que os de outros municípios do Agreste da Borborema, o que reforça a importância do planalto como um fator climático importante.

Estão corretas apenas:

- a) II e III                      b) II e IV                      c) I e IV                      d) I, III e IV                      e) II, III e IV

**60ª QUESTÃO**

“Nos meados do século XIX, [...] aproveitando o baixo rendimento dado pela cultura da cana-de-açúcar, foi o café introduzido nas áreas de altitudes, nos brejos agrestinos. [...] No brejo paraibano sua trajetória foi rápida e brilhante [...] formou aí uma aristocracia do café, com coronéis, comendador e até Barão – O Barão de Araruna. (ADRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2003, p. 163.)

A cidade do Brejo Paraibano que mais se beneficiou com essa cultura foi:

- a) Areia, que apresenta um dos mais belos e ricos acervos arquitetônicos da Paraíba, cujo teatro Minerva, o mais antigo do Estado, simboliza a rica cultura advinda com essa produção.
- b) Bananeiras, em cuja paisagem ainda se destaca a imponente igreja, colégios e rico casario, patrimônios arquitetônicos que atestam esse período áureo.
- c) Alagoa Grande, cuja importância econômica manteve a cidade na vanguarda cultural, com cinemas e até um importante teatro, o Santa Ignêz, inaugurado no início do século XX.
- d) Araruna, cidade surgida da antiga propriedade de um Barão, o qual, em virtude do clima ameno de altitude, estabeleceu em sua fazenda imensos cafezais em meados do século XIX.
- e) Campina Grande, cujo volume de produção motivou a chegada do trem em 1907, acontecimento que contribuiu para que a cidade se tornasse a mais importante do interior paraibano.

Fig. 4: questões 59 e 60  
Fonte: Convest, 2013

Analisando as questões 59 e 60 nas quais são abordados temas referentes à climatologia e formação do espaço geográfico paraibano, tendo como respostas

corretas as alternativas “d” e “b”, notamos igualmente a relevância da abordagem desse tipo de conhecimento, trazendo temas tão próximos da realidade dos alunos, público alvo das ações educacionais, para o foco de discursões, e assim até podemos dizer para o currículo escolar do ensino médio.

O que também nos leva a concluir e questionar, qual será o futuro reservado a discursões de tais temas visto que a extinção de tal processo de seleção é fato, e seu substituto certamente é um processo de cunho nacional. Vimos através da análise, que os temas existem, e a nosso ver não se concebem como inúteis ou irrelevantes e o que o futuro próximo nos reserva, visto que não apenas este mais também os demais entre os principais processos vestibulares do estado serão ou já foram extintos, como relatado anteriormente.

Se o objetivo preconizado é a construção da propalada base nacional comum para o ensino médio, ou se a questão é a busca de uma forma mais moderna e democrática de acesso ao ensino superior, e mesmo reconhecendo as dificuldades presentes nos processos de seleção anteriores ao Enem, e reconhecendo fortes verdades no que afirma Oliveira

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, então, definem categorias de forma ampla, baseados em um autor, dentro de uma escola de pensamento da geografia, o que torna complexa ou difícil a realização de exames nacionais de avaliação do ensino médio, como o ENEM, ou mesmo pensar em algum tipo de avaliação mais democrática, de acesso às universidades públicas, alternativas aos vestibulares. Estas categorias não significam em si uma forma única de se trabalhar no cotidiano da escola em todos os territórios de uma cidade, quanto mais de um país como o Brasil, repleto de contrastes e contradições.

Nós, professores, em especial de Geografia, sabemos das dificuldades para a prática pedagógica, após a implantação dos vestibulares seriados, pois esta forma de avaliação é vista pelo Ministério da Educação e por diversas instituições de ensino superior como o meio de modernizar e democratizar o acesso à Universidade Pública. O vestibular seriado, não cumpriu, entretanto, este papel, e trouxe outra dificuldade permitindo que cada instituição elegeisse um conteúdo a ser trabalhado nas diferentes séries provocando assim uma fragmentação do currículo, desde modo, um programa de vestibular requer Globalização no 1º ano do ensino médio, e o outro

relaciona no mesmo ano Cartografia e Globalização na 3ª série, o que tem se apresentado como mais um problema no cotidiano escolar.

Ainda assim nos preocupamos com extinção desses meios de discursão, contato direto da universidade com o ensino básico, e com o futuro dos conteúdos trazidos para o ensino básico através dessa interação, ou ainda com o campo fértil sobre o qual eram depositadas as sementes da geografia regional. As quais consideramos de grande importância para que se alcance os melhores objetivos do ensino. E as próprias finalidades expressas no artigo trinta e cinco de LDB, pois não se concebe crer que todos aqueles objetivos serão alcançados por um cidadão que desconhece as peculiaridades e a conjuntura social que o circunda.

## 4 TEMAS DE GEOGRAFIA COMUMENTE ABORDADOS NO ENEM

A presença de temas relacionados a geografia permeia parte considerável das provas de Ciências humanas do Enem, de modo que ao analisar as provas aplicadas no período ente 2005 e 2008, “identificamos que os conteúdos e as temáticas pertinentes à Geografia, direta ou indiretamente, estão presentes em cerca de 22 questões (em média) por cada edição” (DOS SANTOS SAYÃO; NUNES, 2011) conforme explicitado na tabela a seguir.

<b>ENEM</b>	<b>NÚMERO DAS QUESTÕES</b>	<b>QUANTIDADE POR PROVA</b>
<b>2005 Prova 3 branca</b>	04, 06, 07, 10, 11, 19, 23, 25, 28, 31, 35, 36, 38, 40, 42, 51, 53, 54, 57, 58,59 e 61	22
<b>2006 Prova 1 amarela</b>	09, 10, 11, 12, 15, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 48, 51,55 e 56	23
<b>2007 Prova 3 branca</b>	01, 06, 12, 13, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 36, 38, 43, 44, 45, 49, 54, 56, 59,60 e 63	25
<b>2008 Prova 1 amarela</b>	01, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 16, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 35,50 e 63	18
<b>MÉDIA GERAL: 22 questões por edição do ENEM</b>		

Tabela 2: Questões envolvendo temas geográficos (ENEM 2005 a 2008).  
Fonte: DOS SANTOS SAYÃO; NUNES, 2011.

Prosseguindo a análise em termos práticos, de professores que lidam com a preparação dos que vão se submeter à prova do ENEM, que para fins de esclarecimento é bem mais interessante para os objetivos do presente trabalho, propiciando um melhor conhecimento das influências de tais conteúdos sobre os sistemas de ensino do que, se analisássemos do ponto de vista governamental.

Analisaremos a seguir o gráfico 1 que demonstra o resultado do levantamento publicado pela revista Veja ([veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br)) em que segundo a revista foram analisadas, por professores de cursinhos preparatórios, 720 questões do exame desde 2009, quando o exame adquiriu as atuais características até 2012.

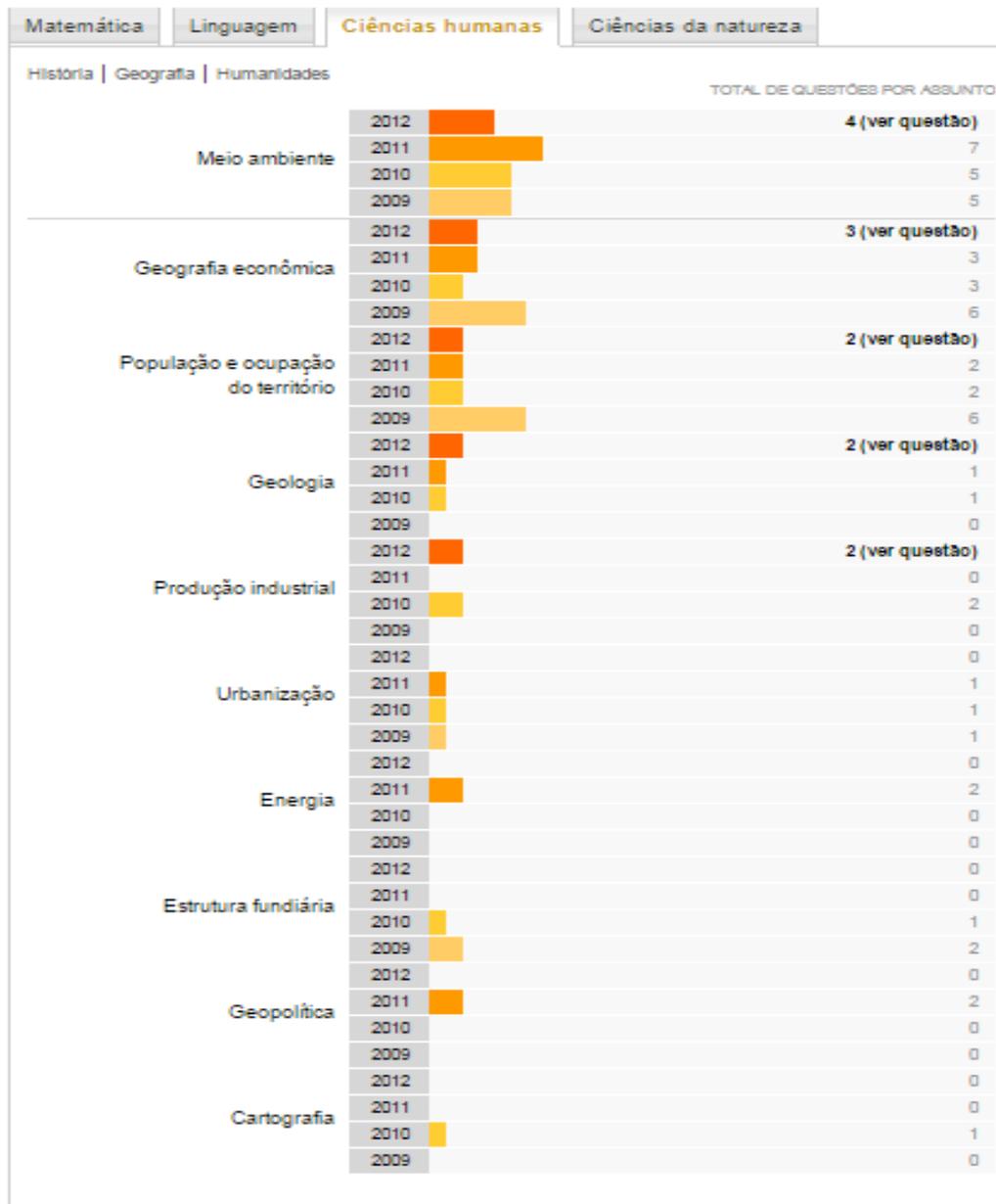


Gráfico 1: Conteúdos de geografia que mais apareceram nas provas do Enem desde 2009.  
Fonte: MAGGI, 2013.

Podemos notar ao analisarmos o gráfico certa predominância de temas ligados a áreas como: Meio Ambiente Geografia Econômica, População e Ocupação do Território. Enquanto que áreas como: Geologia, Produção Industrial,

Urbanização, Energia, Estrutura Fundiária, Geopolítica e Cartografia, também se fizeram presentes só que com menor grau de incidência, apresentado menor volume de questões ligadas esses temas.

Enquanto que Meio Ambiente, Geografia Econômica, População e ocupação do Território representaram os temas frequentemente mais cobrados na parte geográfica do Enem, o que certamente representa uma linha de ação para os que buscam atingir metas de aprovação no exame, influenciando assim o currículo cumprindo também de certa forma a função de “induzir o processo de reforma, em particular no que se refere às novas diretrizes curriculares” (CASTRO; TIEZZI, 2005) para o ensino médio.

Tratando assim de componentes curriculares relevantes de grande poder transformador, mais mesmo diante disso nos questionamos e outros temas, aqueles passíveis de ser tratados apenas em escala regional, são irrelevantes, deverão ser ignorados, e esta ignorância não trará nenhuma consequência futura. São estas questões centrais, que possivelmente apenas o tempo e o debate científico e social poderão responder.

## 6 CONCLUSÃO

As mudanças trazidas para o ensino médio representam certamente uma importante ferramenta para transformação da educação como um todo, e já são uma realidade, pois mesmo que as mudanças estruturais na composição, no próprio modo de agir dos Professores e demais agentes envolvidos ainda sejam passíveis de dúvidas quanto à veracidade da mudança ou não. No tocante a avaliação a questão parece já resolvida. De modo que o exame nascido talvez como avaliação do sistema de ensino, tem a cada momento tomado uma esfera maior, no tocante, não a avaliação e sim a seleção.

Que o Enem é uma iniciativa exitosa atualmente parece não existir dúvidas, recordes de inscritos a cada ano, constantemente novas instituições aderindo a adoção de suas notas como forma de seleção. De fato é um sucesso, e juntamente com o SISU, representam uma boa novidade no cenário educacional brasileiro. E em muito tem a contribuir para o progresso educacional, seja através da influência exercida sobre o ensino, ou pela contribuição no sentido da democratização e justiça social no acesso ao ensino superior em nosso país.

Entretanto como deve acontecer com todo processo de avaliação educacional ele também precisa ser constantemente avaliado, debatido e repensado. Afinal foi o que aconteceu ao PSS, aos tradicionais vestibulares, só que estes não foram apenas repensados foram extintos, é pois este panorama que nos preocupa, será que não estamos construindo uma unanimidade prematura. Visto que pelo menos em nível de estado a unanimidade parece já está instaurada pela adoção do Enem. A nosso ver tal tema ainda é carente de um maior estudo

acadêmico e debate social. Analisando possibilidades, bem reais que podem apresentar sérias consequências, como a diminuição do interesse pelos temas e estudos da geografia regional, que podem ser acarretados, pela adoção do sistema nacional de avaliação.

Em se confirmando essa unanimidade nos questionamos ainda, o que será feito dos temas tratados pelos antigos vestibulares, será que deixarão de ser importantes. Será que a geografia da Paraíba, que dificilmente aparecerá em uma das questões do Enem, ainda estará presente mesmo que de forma não oficial no currículo do ensino médio estadual. E mais ainda será que este conhecimento regional não é importante para formação de cada indivíduo.

E a contextualização tão presente no discurso do legislador educacional, o que será feto dela no momento das aulas de geografia, trataremos da “aldeia global” sem olharmos pela janela para ver o que se passa em nosso quintal. Não nos parece simples a repostas para tais questionamentos. Assim como não compreendemos ainda se o processo vestibular é oneroso ou antiquado se estamos atribuído valor demasiado a ele ou se foram instituições de ensino superior que lhe atribuiriam valor de menos, e o consideravam apenas como forma de seleção. Desconsiderando sua capacidade de intervenção no real funcionamento do sistema de educação básica, e nos conteúdos trabalhados por ele.

O que se pode concluir pela análise pragmática realizada no presente trabalho e pelo conhecimento de parte do sistema escolar de base paraibano é que certamente, os estudos geográficos de cunho regional encontrarão dificuldades para penetrar no ensino médio do estado, a partir a adoção do Enem como forma de seleção pelas universidades, em proporção semelhante à facilidade de sua presença anterior a tal ação. Pois ainda que reconheçamos a importância da geografia

regional, na hora de se eleger as prioridades a serem tratadas no decorrer do curso, como professores de geografia do ensino médio, trataremos primeiramente do que consideramos importante ou será que trataremos do que acreditamos que seja cobrado futuramente de nossos alunos. Parece-nos obvia a escolha da segunda opção. Cenários que talvez possam ser confirmados pela realização de novos e mais abrangentes estudos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. *O espaço geográfico: ensino e representação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de; FERNANDES, Caroline Falco Reis. Qualidade do ensino e avaliações em larga escala no Brasil: os desafios do processo e do sucesso educativo na garantia do direito à educação. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, v. 2, n. 2, p. 124 - 140, 2009.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Mariana; BIANCHI, Roberto. Projeto Aplicado no estágio. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Orientação para estágio em Licenciatura*. São Paulo: Thomson, 2005. p. 10-18.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia*. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, v. 3, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CALLAI, H. C; CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 1998. Águas de Lindóia: Anais... Águas de Lindóia, 1998.

CASTRO, M.H.G.; TIEZZI, S. A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.115-147.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

COMPROV. Manual do candidato. Disponível em: <<http://www.comprov.ufcg.edu.br/vestibulares/2011>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

COMVEST. Anexo I (conteúdo programático). Disponível em:<<http://www.comveste.uepb.edu.br>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (Brasil). Regulamenta o Processo Seletivo Seriado para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba, revoga a Resolução nº 73/2006 e dá outras providências. Resolução nº 27, de 09 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.comprov.ufcg.edu.br>>. Acesso em 03 nov. 2014.

DOS SANTOS SAYÃO, Lucas Gabriel; NUNES, Flaviana Gasparotti. A geografia no exame nacional do ensino médio (Enem): uma análise a partir das provas do período 2005-2008. *Revista Ensino Geografia*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 36-59, jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br>>. Acesso em 10 nov. 2014.

ENEM. O que cai na prova/Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Disponível em: <[http://www.enem.inep.gov.br/pdf/Enem2014\\_matrizpdf](http://www.enem.inep.gov.br/pdf/Enem2014_matrizpdf)>. Acesso em: 08 dez. 2014.

IRELAND, Vera Esther Jandir da Costa. Educação básica na Paraíba contemporânea. *Temas em educação*, João Pessoa, n.10, p. 147-160, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor; adeus professora?*. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGGI, L. Raio-x do Enem: os conteúdos mais cobrados desde 2009. *Veja*, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em 06 nov. 2014.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.

OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de geografia: um retardo desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *A geografia na sala de aula*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 34-49.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Para onde vai o ensino de geografia?*. 3. ed. São Paulo: contexto, 1991. p. 135-144.

OLIVEIRA, Christian Dennys M. de; PONTUSCHKA, NíldaNacib. Repensando e refazendo uma prática de estágio no ensino de Geografia. In: VESENTINI, José William (Org.). *Geografia e Ensino: Textos críticos*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1995.

PONTUSCHKA, NídiaNacib. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 111-142.

VESENTINI, José William. *Para uma geografia crítica na escola*. São Paulo: Ática, 1992.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 06 nov. 2014.

**ANEXO A – PROVA DE GEOGRAFIA DO  
VESTIBULAR 2014 DA UEPB**

2014

uepb  
Universidade  
ESTADUAL DA PARAÍBA

# VESTIBULAR

História | Geografia

## ÁREA III

### Instruções para a realização das provas

- ✓ Verifique se este caderno contém **60 (sessenta)** questões de múltipla escolha, sendo História de **01 a 30**, e Geografia de **31 a 60**.
- ✓ Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- ✓ Verifique se os dados existentes na folha de resposta conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- ✓ Esta prova tem duração de **5 (cinco)** horas, sendo o início às 08h00. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- ✓ **É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.**
- ✓ Assine, ao sair da sala, a **folha de presença** e entregue o seu caderno de provas e a folha de respostas, devidamente assinada, ao Fiscal de Sala.

*Comissão Permanente de Concursos*

30ª QUESTÃO

“Uma sequência de episódios reforça a impressão de que a corrupção sempre esteve entre nós. No século XIX, os republicanos acusavam o sistema imperial de corrupto e despótico. Em 1930, a 1ª República e seus políticos eram chamados de carcomidos. Getúlio Vargas foi derrubado em 1954 sob acusação de ter criado um mar de lama no Catete. O golpe de 1964 foi dado em nome da luta contra a subversão e a corrupção. A ditadura militar chegou ao fim sob acusações de corrupção e desrespeito pela coisa pública. Fernando Collor foi eleito em 1989 com a promessa de combater a corrupção e foi expulso do poder acusado de fazer o que condenou”.

(José Murilo de Carvalho. História – Revista da Biblioteca Nacional. Ano 4. Nº 42. Março/2009).

Assinale a única alternativa INCORRETA.

- a) O Marechal Castelo Branco subiu ao poder, com o golpe militar de 1964, prometendo divulgar provas dos atos de corrupção que contaminaram o governo de João Goulart. Os militares falavam em abrir o “livro branco da corrupção” dos governos populistas que os antecederam.
- b) A partir de 1945 a União Democrática Nacional (UDN) deixou de tratar a corrupção como algo inerente ao sistema político. Para o “udenismo”, corrupção era sinônimo de falta de moralidade individual e era por esse aspecto que se combatia o governo de Getúlio Vargas.
- c) Em 1970, a ditadura militar abandonou a repressão política às organizações armadas e se dedicou a combater a corrupção. Foi quando se criou a Comissão Geral de Investigação, que funcionava como uma agência de informação e inquirição, além de ser um tribunal administrativo.
- d) Entre as décadas de 40 e 60, Ademar de Barros foi prefeito e governador em São Paulo. Ele adotou o estilo da “boa corrupção” e se vangloriava de ser um político que, mesmo roubando, fazia muitas coisas em prol da população.
- e) No Império brasileiro, os republicanos acusavam o sistema político de ser corrupto, mas viam em D. Pedro II a virtude da correção pessoal. Os revoltosos de 1930 diziam que a Velha República era carcomida, mas não acusavam os seus políticos de corruptos.

**GEOGRAFIA**

31ª QUESTÃO

Titulo da Música – Meu \_\_\_\_\_  
Sambista Arlindo Cruz

O meu \_\_\_\_\_ tem samba até de manhã / uma ginga em cada andar / o meu \_\_\_\_\_ é cercado de luta e suor / esperança de um mundo melhor / e cerveja pra comemorar / o meu \_\_\_\_\_ tem mitos e seres de luz / o meu \_\_\_\_\_ é sorriso, é paz e prazer / O seu nome é doce dizer / Madureira, lá laiá / ah meu \_\_\_\_\_ / a saudade me faz relembrar / os amores que eu tive lá / é difícil esquecer / doce \_\_\_\_\_ / que é eterno no meu coração / aos poetas traz inspiração / pra contar e escrever / ah meu \_\_\_\_\_ / quem não viu a tia Eulalia dançar / vô Maria o terreiro benzer / ah meu \_\_\_\_\_ / tem mil coisas pra gente dizer / difícil é saber terminar / Madureira lá laiá.

Todos os conceitos abaixo são ferramentas de análise do espaço. De acordo com os seus conhecimentos sobre as categorias geográficas aplicadas ao espaço, identifique a que preenche as lacunas e se enquadra na música do Sambista Arlindo Cruz.

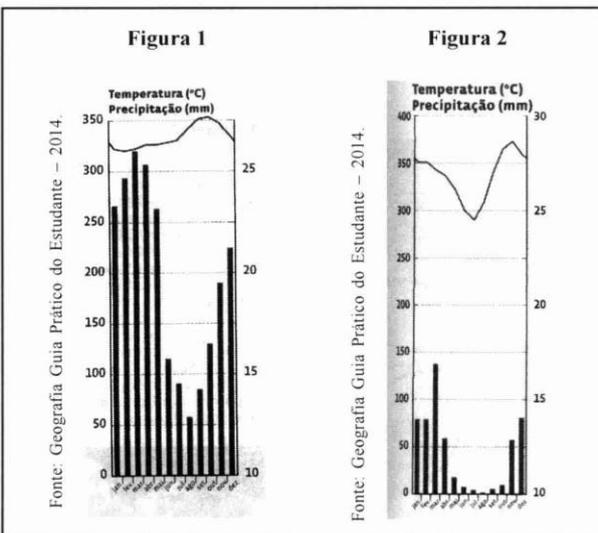
- a) Lugar
- b) Espaço Geográfico
- c) Território
- d) Espaço Natural
- e) Espaço Humanizado

32ª QUESTÃO

Os climogramas ao lado representam dois tipos climáticos que atuam em regiões do país. O clima representado na figura 1 recebe influência da massa de ar continental equatorial e caracteriza-se por altas temperaturas e chuvas abundantes o ano todo. Já o clima representado na figura 2 recebe influência da massa tropical atlântica e caracteriza-se por altas temperaturas, chuvas escassas e mal distribuídas.

Os climogramas correspondem, respectivamente, aos climas:

- a) Equatorial e Semiárido
- b) Equatorial e Subtropical
- c) Subtropical e Tropical de Altitude
- d) Tropical Úmido e Subtropical
- e) Semiárido e Subtropical



### 33ª QUESTÃO

Escreva ( V ) ou ( F ) para as proposições que tratam do processo da urbanização brasileira.

- ( ) A política urbana permanece setorializada: não há integração eficiente entre políticas habitacionais, programas de infraestrutura e serviços urbanos.
- ( ) O modelo socioterritorial de segregação contribuiu durante anos para a produção de cidades excludentes e insustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.
- ( ) Para atender a demanda por moradia, bairros vão surgindo cada vez mais distantes das áreas centrais e zonas industriais, levando a população a enfrentar, diariamente, horas no deslocamento entre moradia x trabalho x moradia.
- ( ) Nas grandes metrópoles, muitas favelas já passam por um processo de verticalização, por falta de espaço para aumentar a área habitada. O preço pela venda da laje já chega aos 30 mil reais, pelo direito de construir e usar a parte superior da casa.
- ( ) Para os setores da economia, o solo urbano não é considerado espaço mercadoria e gerador de lucros.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- a) V F F F F
- b) V V V F F
- c) V V V V F
- d) F F V V V
- e) V F V F V

### 34ª QUESTÃO

Um geógrafo brasileiro tem convicção de que as charges constituem ricos instrumentos de leitura do mundo. Rabiscou algumas charges, em seguida enviou-as via email para um amigo geógrafo que mora no Canadá. Após análise das charges, esse ao lado levou os geógrafos a concluírem que: O desmatamento na Amazônia, apesar de ter diminuído nas últimas décadas, ainda, origina diversos prejuízos sócio ambientais na região. Sua leitura reflete:

- I- Diminuição da fertilidade dos solos, comprometendo a potencialidade agrícola.
- II- A exploração madeireira feita clandestinamente, na maioria das vezes com a conivência de governantes inescrupulosos insensíveis aos problemas sócio-ambientais.
- III- Aumento da poluição do ar, provocando chuvas ácidas que impedem o desenvolvimento da agricultura.
- IV- A implantação de projetos agro-minerais e da instalação de barragens para geração de energia à base de hidroeletricidade que inevitavelmente provocam desequilíbrios ambientais.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) a proposição IV
- b) as proposições II, III
- c) a proposição III
- d) as proposições I, II e IV
- e) as proposições I e III



Fonte: www.pelicanocartum.net

### 35ª QUESTÃO

Analise as proposições que tratam de aspectos inerentes à Região Norte e identifique a resposta correta.

- I- A organização do espaço geográfico da Amazônia no século XX reflete uma história de violência, conflitos e lutas pela terra. A economia cresceu à custa de constante degradação ambiental, já que os responsáveis por esse avanço (a pecuária extensiva, a agricultura comercial da soja e as ações ilegais de madeireiros) são notórios na região.
- II- A região possui amplas áreas de solo férteis, onde o desenvolvimento agrícola é possível sem uso da biotecnologia. Possui uma moderna rede de rodovias que permite o escoamento da produção de forma amplamente satisfatória.
- III- As comunidades locais, principalmente agricultores ribeirinhos e povos indígenas, são favoráveis à construção da Usina de Belo Monte, devido ao potencial de geração de empregos e do crescimento econômico que vai beneficiar toda a população.
- IV- A ocupação territorial contemporânea da Amazônia não corrigiu a exclusão social materializada nas periferias urbanas e nos desastres sociais e ambientais.

Estão corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) Apenas I e IV.

**36ª QUESTÃO**

A primeira coluna apresenta conceitos da agricultura brasileira. Já a segunda coluna, características inerentes a esses conceitos

- |                                 |  |
|---------------------------------|--|
| (1) Agricultura de Subsistência | ( ) Desenvolve-se em grandes propriedades monocultoras, a produtividade é elevada, usa insumos modernos e mão de obra qualificada. A capitalização é muito alta.                 |
| (2) Empresa Agrícola            | ( ) Latifúndios com monocultura, mão de obra escrava, produção voltada para o mercado externo. Atualmente não usa mais mão de obra escrava e sim relações de trabalho atrasadas. |
| (3) Complexo Agroindustrial     | ( ) Produção voltada para suprir as necessidades da população. Uso de mão de obra familiar, baixa capitalização e tecnologia, produtividade reduzida.                            |
| (4) Plantation                  | ( ) Associa o capital agrícola à indústria e ao capital financeiro. Compete em escala global com outras empresas. São responsáveis pela produção mundial de grãos.               |

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- |            |            |
|------------|------------|
| a) 4 3 2 1 | d) 3 1 4 2 |
| b) 2 4 3 1 | e) 2 4 1 3 |
| c) 3 1 2 4 |            |

**37ª QUESTÃO**

**“Não conheço o toque das teclas  
Sinto-me despedido  
Hoje fui despedido”**

Fonte: Revista Representando a Geografia.

O fragmento do poema de Rives Lissael mostra a realidade do emprego na sociedade da informação. Identifique, entre as proposições, a INCORRETA.

- a) O domínio da ciência e da técnica na sociedade contemporânea exige das pessoas maior qualificação e constante atualização profissional, tornando-se excludentes aqueles que não tiverem condições de acompanhar tal processo.
- b) A revolução técnico-científica está constantemente criando novas profissões e oportunidades de emprego para toda a sociedade.
- c) A revolução técnico-científica reduz os postos de trabalho e exclui o trabalhador menos qualificado, contribuindo para o desemprego e expansão do subemprego.
- d) Com a revolução técnico-científica o mundo do trabalho se modifica. A rapidez das atividades funcionais acaba por induzir o trabalhador a especializações cada vez mais pontuais.
- e) A revolução técnico-científica está centrada na articulação entre informática, robótica, biotecnologia e telecomunicações. Essa revolução contribuiu para uma nova divisão internacional do trabalho.

**38ª QUESTÃO**

Este informe jornalístico foi publicado em vários meios de comunicação do país.

**UNESCO PROCLAMA 2013 COMO ANO INTERNACIONAL DA COOPERAÇÃO PELA ÁGUA**

Após análise do informe jornalístico e seus conhecimentos sobre a temática, escreva ( V ) ou ( F ) para as proposições a seguir, conforme sejam Falsas ou Verdadeiras.

- ( ) A palavra “cooperação”, destacada pela Unesco, ganha caráter estratégico. A entidade espera que as sociedades desenvolvam mecanismos de ação compartilhada para manejar as fontes hídricas, capazes de gerar benefícios econômicos e melhoria no padrão de vida de toda a humanidade.
- ( ) A crescente demanda de água nas áreas urbanas, associada à diminuição dos recursos hídricos, tem levado à sua captação em mananciais distantes, onerando os custos de extração e tratamento e obviamente elevando o preço ao consumidor.
- ( ) O uso intensivo das técnicas de irrigação feitas de maneira incorreta, aliadas aos baixos índices pluviométricos e às altas taxas de evaporação nas regiões semiáridas, aumenta o processo de salinização, contribuindo para o processo de desertificação.
- ( ) A crescente demanda para o setor industrial, geração de energia, a larga produção de alimentos, aliada ao gerenciamento precário de empresas que cuidam de recursos hídricos, políticas públicas mal direcionadas, o desperdício, a falta de conservação e a poluição, vêm gerando a escassez de água em escala mundial.
- ( ) As atividades econômicas sempre respeitam os limites impostos pela oferta dos recursos hídricos, evitando os conflitos de uso e de escassez em todas as sociedades.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- |          |          |
|----------|----------|
| a) FFVVV | d) VVVVF |
| b) VVVFF | e) VVFFV |
| c) VVFVV |          |